



# **Reunião da República Democrática de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento em 2013**

## **DOCUMENTO DE FUNDO**

### **IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO**

**DÍLI, TIMOR-LESTE  
18 a 20 de Junho de 2013**

## Índice

Introdução.....	1
Principais Iniciativas e Programas Estratégicos de Timor-Leste .....	3
O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030.....	3
O Programa do V Governo Constitucional para 2012 a 2017 .....	4
Concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio .....	4
O Novo Acordo, o g7+ e a agenda de desenvolvimento pós-2015.....	4
O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento de Timor-Leste .....	5
Objectivos e Funções.....	6
Organigrama .....	6
Timor-Leste actualmente .....	8
Governo.....	8
Questões do Sector Estratégico Económico .....	8
Crescimento Económico .....	9
Inflação.....	10
Rendimentos Petrolíferos .....	10
Política Fiscal a Longo Prazo e Rendimento Sustentável Estimado .....	11
Orientação económica .....	11
Agricultura.....	11
Turismo .....	12
Emprego e desenvolvimento a nível regional.....	12
Questões do Sector Estratégico Social .....	13
Saúde.....	13
Educação .....	14
Inclusão Social.....	15
Questões do Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas.....	16
Água e saneamento .....	17
Electricidade.....	17
Estradas e pontes.....	17
Portos marítimos e aeroportos.....	18
Petróleo – Projecto Tasi Mane.....	18
Questões do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional.....	18
Boa governação no sector público.....	19
Transição da Agência de Desenvolvimento Nacional para a Agência de Política Económica e Investimento .....	20
Descentralização .....	20
Justiça.....	21
Reforma da segurança .....	21
Relações internacionais e a ASEAN.....	21

<b>Anexos .....</b>	<b>i</b>
<b>A: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Económico.....</b>	<b>i</b>
<b>B: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Social.....</b>	<b>ii</b>
<b>C: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas.....</b>	<b>iii</b>
<b>D: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional ...</b>	<b>iv</b>
<b>E: Ministérios do V Governo Constitucional.....</b>	<b>v</b>

**Tabela de Figuras**

<b>Figura 1 – Etapas para o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste .....</b>	<b>3</b>
<b>Figura 2 – Organigrama do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento .....</b>	<b>6</b>
<b>Figura 3 – Composição dos Grupos de Trabalho dos Sectores .....</b>	<b>7</b>
<b>Figura 4 – Crescimento do PIB entre 2005 e 2013 .....</b>	<b>9</b>
<b>Figura 5 – Inflação entre 2004 e 2012 .....</b>	<b>9</b>
<b>Figura 6 – Saldo do Fundo Petrolífero .....</b>	<b>10</b>

## Introdução

1. O V Governo Constitucional, liderado por S. Exa. o Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão, tomou posse em Agosto de 2012. Os resultados eleitorais representaram o endosso do IV Governo Constitucional do Primeiro-Ministro e das Políticas expressas no *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030 (o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste)*.<sup>1</sup>
2. O povo de Timor-Leste combateu durante vinte e quatro longos e penosos anos para alcançar a sua independência. Quando em 2012 concretizámos finalmente o nosso sonho de ter uma República Democrática de Timor-Leste renascida, deparámo-nos com um novo conjunto de desafios. Tínhamos falta de infra-estruturas básicas, sendo que 90% das nossas escolas, hospitais, estradas e outras infra-estruturas básicas tinham sido destruídas na violência que se seguiu ao referendo de 1999. Não possuíamos um aparelho de estado e tínhamos um povo traumatizado pelo conflito.
3. Tivemos de encetar um novo processo – um processo de construção da paz e de construção do Estado. O povo de Timor-Leste estará eternamente grato às Nações Unidas e aos nossos amigos na comunidade internacional por nos terem ajudado a construir do zero os alicerces das nossas instituições democráticas.
4. Desde a nossa independência em 2002, Timor-Leste tem conseguido progressos assinaláveis. É claro que tivemos contrariedades e que há ainda muito a fazer, todavia no cômputo geral somos um “caso de sucesso” a nível de desenvolvimento internacional. No ano passado Timor-Leste realizou eleições presidenciais e legislativas, as quais consolidaram a nossa jovem democracia. A estas eleições pacíficas seguiu-se a retirada da Missão das Nações Unidas e da Força Internacional de Estabilização – um sinal de confiança no nosso progresso. Timor-Leste caminha agora pelos seus próprios pés enquanto nação soberana e independente.
5. O *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013* inclui algumas estatísticas impressionantes que reflectem o nosso sucesso. Em 1980, a esperança de vida do cidadão timorense médio aquando do nascimento era de 35 anos. Em 2000 tinha aumentado para 56 anos, sendo que em 2012 era de 63 anos.<sup>2</sup>
6. Timor-Leste tem um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,576, estando classificado na 134ª posição entre 187 países e territórios, o que nos coloca na categoria de desenvolvimento humano médio. Entre 2000 e 2012 a nossa classificação no Índice de Desenvolvimento Humano subiu 38 por cento, passando dos 0,418 para os 0,576. O PNB per capita de Timor-Leste aumentou 356 por cento entre 2000 e 2012.<sup>3</sup> O PIB não petrolífero de Timor-Leste tem crescido quase 12 por cento ao ano durante os últimos cinco anos.
7. Quando os recursos financeiros começaram a fluir das reservas petrolíferas no Mar de Timor, Timor-Leste começou a estabelecer sistemas em prol da equidade intergeracional e do combate à corrupção. Estabelecemos um Fundo Petrolífero que cresceu dos 1,8 mil milhões de dólares em 2007, o ano da tomada de posse do IV Governo Constitucional, para mais de 13 mil milhões este ano.

<sup>1</sup> *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030, Díli, Julho de 2011*, [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Strategic-Development-Plan\\_EN.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Strategic-Development-Plan_EN.pdf)

<sup>2</sup> *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 O Crescimento do Sul: Progresso Humano num Mundo Diverso, PNUD, 2013*, Nota explicativa sobre os índices compostos do RDH de 2013 sobre Timor-Leste

<sup>3</sup> *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 O Crescimento do Sul: Progresso Humano num Mundo Diverso, PNUD, 2013*

8. Fomos a primeira nação na Ásia e a terceira no mundo inteiro a conseguir conformidade com a Indústria de Transparência nas Indústrias Extractivas, o que significa que cada dólar proveniente das receitas petrolíferas é divulgado publicamente e cruzado com os registos das empresas de recursos. Estamos a criar um sistema financeiro altamente transparente, onde no futuro qualquer pessoa em qualquer parte do mundo poderá acompanhar a execução do orçamento em tempo real, acompanhar os gastos das ajudas, acompanhar o aprovisionamento e, mais importante ainda, acompanhar os resultados.

9. Ao longo da última década as sucessivas políticas sociais e económicas do Governo procuraram reduzir a pobreza entre o nosso povo, consolidar a segurança e a estabilidade da nação e fortalecer as instituições estatais. Os processos contínuos de construção da paz e construção do Estado têm sido vitais para dar resposta às necessidades do nosso povo nas áreas da saúde, educação, criação de emprego e erradicação da pobreza extrema.

10. A nossa maior concretização é que Timor-Leste se tornou um país seguro em menos de uma década. As nossas crianças sentem-se em segurança para deixar os seus lares e ir à escola, e as famílias sentem-se seguras para estar na rua depois de escurecer. A maior parte dos países pós-conflito leva pelo menos 10 a 20 anos a restaurar a estabilidade. Actualmente Timor-Leste beneficia de paz, estabilidade e uma economia em claro crescimento. Todos estes aspectos reflectem-se gradualmente na melhoria generalizada do bem-estar do povo.

11. Apesar destes progressos há ainda muito a fazer. À semelhança do que acontece com muitas outras nações pós-conflito, não iremos atingir um único Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Timor-Leste enfrenta desafios consideráveis, sobretudo no que diz respeito à prestação de serviços de qualidade, à falta de infra-estruturas básicas e ao desemprego. Para que a nossa nação consiga erradicar a pobreza é necessário superar todos estes desafios.

12. A Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento em 2013 dá-nos uma oportunidade entusiasmante para concentrar os esforços de todos os nossos parceiros de desenvolvimento na implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*, o qual constitui o quadro para o Programa do V Governo Constitucional e para os nossos orçamentos anuais. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* parte das prioridades nacionais desenvolvidas desde 2002 e leva em conta consultas públicas amplas em todos os 65 sub-distritos durante 2009 e 2010. As estratégias e acções no plano visam transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos até 2030, com uma população saudável, instruída, segura, próspera e autossuficiente em termos alimentares.

13. No seguimento da eleição do V Governo Constitucional em Julho de 2012, o Governo apresentou o seu programa ao Parlamento Nacional, tal como previsto na Constituição. O Programa do V Governo Constitucional, para 2012 a 2017, parte do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*, incidindo na implementação de iniciativas durante os cinco anos do mandato.

14. Em Abril de 2013 o Governo estabeleceu um Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento para implementar, monitorizar e coordenar o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e o Programa do V Governo Constitucional ao longo dos próximos cinco anos. O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento é criado e liderado por Timor-Leste, estando alinhado com o sistema de planeamento e orçamentação do Governo. Inclui representantes da sociedade civil, do sector privado e dos nossos parceiros de desenvolvimento, e será integral para o sucesso dos esforços do Governo na implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*.

## Principais Iniciativas e Programas Estratégicos de Timor-Leste

15. Nos primeiros anos após a restauração da independência Timor-Leste precisou dar resposta a questões prementes e a curto prazo, de modo a melhorar as necessidades imediatas da população. Fomos apanhados num ciclo de conflito que nos impediu de fazermos planos a longo prazo e de monitorizarmos o desempenho. Após a crise de 2006 o Governo viu-se obrigado a concentrar-se em prioridades a curto prazo e no restabelecimento da segurança e da estabilidade em todo o país. Estas prioridades foram estabelecidas no Programa de Prioridades Nacionais iniciado em 2008. Este Programa identificou as necessidades específicas do ano seguinte, as quais foram então monitorizadas por grupos de trabalho liderados pelo Ministro e Ministérios responsáveis. É importante referir que estes grupos de trabalho incluíram a sociedade civil e parceiros de desenvolvimento.

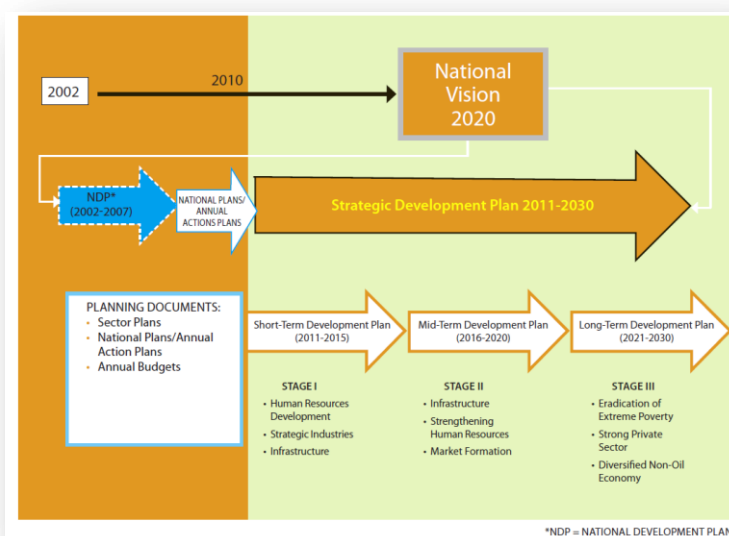
### O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030

16. Após um período de diálogo nacional que fez com que fossem abordadas as causas que estiveram na origem do conflito, Timor-Leste tem desfrutado de paz e estabilidade há já vários anos. Isto permitiu por sua vez um planeamento a mais longo prazo, pelo que no dia 12 de Julho de 2011 foi lançado o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento em 2011.

17. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* fornece um quadro a longo prazo para concretizar a visão de Timor-Leste de, até 2030, tornar-se um país com rendimentos médios e uma população saudável, instruída e a viver em segurança. O plano estabelece um pacote integral de políticas estratégicas para serem implementadas a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos).

18. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* assenta em torno de quatro pilares: capital social, desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento económico e quadro institucional. Aquando da Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento em 2011 o Governo de Timor-Leste e os nossos parceiros de desenvolvimento acordaram que o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* seria o quadro global que abrangeria todos os programas e projectos futuros.

Figura 1 – Etapas para o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste



## O Programa do V Governo Constitucional para 2012 a 2017

19. O V Governo Constitucional foi formado em Agosto de 2012. O Programa do V Governo Constitucional – 2012 a 2017 (o *Programa do Governo*) foi aprovado pelo Parlamento Nacional em Agosto de 2012.<sup>4</sup> O *Programa do Governo* assenta no *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e nas políticas anunciadas durante a campanha eleitoral de 2012.

20. O *Programa do Governo* apresenta um caminho para o desenvolvimento do país ao longo dos próximos cinco anos. O Programa faz a lista do que é necessário fazer a curto prazo, incorpora estratégias a médio prazo e assegura o alinhamento com as metas a longo prazo. O Programa visa criar emprego e providenciar melhores condições de vida a todo o povo timorense o mais rapidamente possível, dando também uma estrutura para as ideias e ideais do Governo.

21. O novo Governo apresentou dois orçamentos ao Parlamento Nacional, o Orçamento Rectificativo e o Orçamento para 2013.

## Concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

22. Os líderes mundiais na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, realizada no ano 2000, acordaram um conjunto de oito objectivos definidos no tempo e mensuráveis para combater a pobreza, a fome, o analfabetismo, a doença, a discriminação contra as mulheres e a degradação ambiental. Aquando da Cimeira, Timor-Leste estava sob a Administração Transitória das Nações Unidas. Pouco tempo após a nossa independência em 2002, Timor-Leste integrou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no nosso primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento e em planos e programas posteriores.

23. Timor-Leste reconheceu que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nas áreas da pobreza, má nutrição, educação, saúde, igualdade dos géneros e sustentabilidade ambiental constituíam uma base real para melhorar as vidas da população. Todavia, à semelhança de muitas outras nações frágeis e pós-conflito, é pouco provável que Timor-Leste concretize os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até à data limite de 2015. As áreas que apresentam especiais dificuldades incluem a pobreza, as crianças com peso abaixo do normal, a mortalidade materna e o saneamento.

24. Timor-Leste está a fazer progressos significativos em relação a dois objectivos: provisão de ensino primário universal e promoção da igualdade dos géneros e da autonomização das mulheres. Timor-Leste ultrapassou os seus alvos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estabelecidos em 2004 no que diz respeito à taxa de mortalidade de crianças até 5 anos [96/1.000 nados vivos] e à taxa de mortalidade infantil [53/1.000 nados vivos]. Os alvos e acções a 5 anos no *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* visam ajudar a conduzir os esforços de Timor-Leste para concretizar o máximo possível de alvos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

## O Novo Acordo, o g7+ e a agenda de desenvolvimento pós-2015

25. Timor-Leste está a trabalhar em conjunto e de forma solidária com nações frágeis a respeito da construção da paz e da construção de estados. Timor-Leste lidera o g7+, um grupo de 18 nações frágeis que assim têm a possibilidade de falar a uma só voz na defesa de políticas de desenvolvimento global. Os países do g7+ sabem às suas custas que não é possível erradicar a pobreza sem que haja paz e estabilidade. Embora estas nações sejam diferentes em termos de localização geográfica, línguas, história, cultura, tradições, religião e causas subjacentes à fragilidade, partilham muitas semelhanças nas suas experiências a nível de construção da paz e construção de estados. Os mecanismos de trabalho como iguais, juntamente com a iniciativa internacional do Diálogo Internacional sobre

<sup>4</sup> Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/09/Program-of-the-Fifth-Constitutional-Government.pdf>

Construção da Paz e Construção de Estados, no qual Timor-Leste é vice-presidente, dão pela primeira vez a oportunidade aos membros do g7+ de moldar e influenciar a política global.

26. As nações do g7+ estão também a trabalhar em conjunto para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 aborda a necessidade de paz e estabilidade, bem como que as perspectivas dos estados frágeis são centrais para o diálogo global.

27. Esta mudança na determinação da agenda reflecte os princípios do Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis, emitido a 30 de Novembro de 2011 no 4.º Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, realizado em Busan, na Coreia do Sul. O Novo Acordo foi desenvolvido e endossado pelo g7+ através do fórum do Diálogo Internacional. Assenta na necessidade dos países em vias de desenvolvimento conhecerem a sua própria realidade (social, política e económica), as suas fraquezas e o seu potencial, para que possam conduzir o seu próprio processo de desenvolvimento de forma credível, responsável e gradual.

28. O Novo Acordo encorajará o desenvolvimento sustentável de Estados frágeis, possibilitando uma melhor liderança por parte dos países recipientes e uma melhor coordenação da assistência internacional. Esta nova abordagem é não só necessária como urgente. Cerca de 1,5 mil milhões de pessoas no mundo inteiro vivem em áreas afectadas por fragilidade, crime organizado e conflitos.

29. Timor-Leste está igualmente a fazer uma contribuição substancial para a agenda de desenvolvimento pós-2015, através da Ministra das Finanças Emília Pires, a qual foi membro do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta agenda.<sup>5</sup>

30. Como parte do empenho de Timor-Leste relativamente à agenda pós-2015, em Fevereiro do presente ano o Governo organizou uma conferência internacional em Díli sobre o tema “Desenvolvimento para Todos”, a qual contou com a presença de líderes das nações do g7+, da Ásia, das Ilhas do Pacífico, da Austrália e da Nova Zelândia. A Conferência chegou a acordo sobre o “Consenso de Díli”, o qual define as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

31. O Conselho de Díli reconheceu que as abordagens padrão ao desenvolvimento não levaram em conta que os desafios que enfrentamos variam consoante o contexto local. Isto significa que os problemas e as soluções referentes ao desenvolvimento humano numa nação do Sudeste Asiático são diferentes dos problemas e soluções numa nação ilha do pacífico. De igual modo, não é possível erradicar a pobreza na Ásia-Pacífico e no mundo em geral sem primeiro dar resposta às questões dos países frágeis e afectados por conflitos.

## O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento de Timor-Leste

32. Em Abril de 2013 o Governo aprovou o estabelecimento de um Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento para implementar, monitorizar e coordenar o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e o *Programa do Governo* ao longo dos próximos cinco anos. Com base nas lições aprendidas com o Programa de Prioridades Nacionais, o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento é criado e liderado pelo país, estando também alinhado com o sistema de planeamento e orçamentação do Governo.

---

<sup>5</sup> Para obter uma cópia do Relatório do Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentemente do Secretário-Geral sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 é favor ir a <http://www.un.org/sg/management/hlppost2015.shtml>



33. A Agenda para a Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento está estruturada em torno de quatro Sectores Estratégicos identificados como parte da Coordenação de Políticas de Desenvolvimento, nomeadamente:

- Sector Estratégico Social
- Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas
- Sector Estratégico Económico, e
- Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional.

### Objectivos e Funções

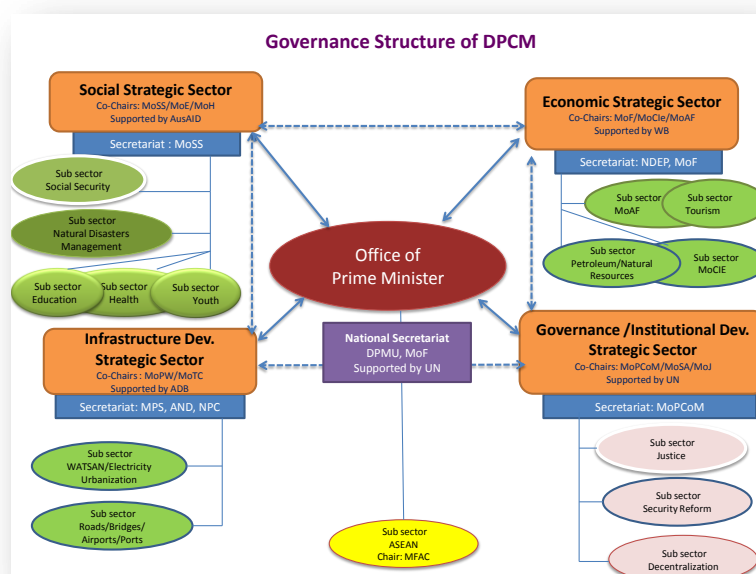
34. Os objectivos do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento consistem na identificação das prioridades do Governo e na melhoria da coordenação interministerial; no planeamento, coordenação, implementação e monitorização de programas de desenvolvimento através de uma abordagem de todo o governo; e na acção como fórum de diálogo político entre o Governo e os parceiros de desenvolvimento.

35. O Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento irá monitorizar o progresso, desafios e resultados da implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e do *Programa do Governo* ao longo dos próximos cinco anos. Irá ajudar os ministérios operacionais a formular planos de desenvolvimento ministeriais / sectoriais e a ligar planos de acção anuais ao orçamento, ao *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e ao *Programa do Governo*. Um aspecto importante a ter em conta é que será uma forma de garantir cooperação entre vários intervenientes nos casos em que haja mais de um ministério envolvido em programas / projectos multisectoriais.

### Organigrama

36. A Figura 2 mostra o organigrama do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento.

Figura 2 – Organigrama do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento (MCPD)



37. O Gabinete do Primeiro-Ministro gere o Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento e fiscaliza os quatro sectores estratégicos. Os quatro Grupos de Trabalho dos Sectores Estratégicos estão alinhados com os quatro pilares do *Plano Estratégico de Desenvolvimento*

de Timor-Leste e do Programa do Governo e coordenam políticas de desenvolvimento relevantes através de vários sectores.

38. Os Grupos de Trabalho dos Sectores Estratégicos são copresididos pelos Ministérios relevantes, rodando a cada 3 a 6 meses, e contarão com o apoio dos parceiros de desenvolvimento designados. Estão a ser estabelecidos Secretariados para os Grupos de Trabalho dos Sectores Estratégicos nos ministérios responsáveis. Está a ser estabelecido um Secretariado Nacional sob o Gabinete do Primeiro-Ministro, com vista a ajudar a coordenar os vários níveis de contribuições a partir dos secretariados dedicados.

39. A tabela seguinte apresenta os relacionamentos principais.

Figura 1 – Composição dos Grupos de Trabalho dos Sectores

Sector Estratégico	Copresidentes	Parceiros de Desenvol. a apoiar	Secretariado	Participantes (para lá do sector privado, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento estratégicos relevantes)
Sector Estratégico Económico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério das Finanças</li> <li>Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente</li> <li>Ministério da Agricultura e Pescas</li> </ul>	Banco Mundial	Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças	<b>Governo:</b> Ministério das Finanças, Ministério da Administração Estatal, Ministério da Agricultura e Pescas, Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, Ministério do Turismo e Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente
Sector Estratégico Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério da Solidariedade Social</li> <li>Ministério da Educação</li> <li>Ministério da Saúde</li> </ul>	AusAID	Ministério da Solidariedade Social	<b>Governo:</b> Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade Social, Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, Ministério do Turismo, Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, Secretaria de Estado da Formação Profissional e Política de Emprego
Sector Estratégico da Governação e Desenvol. Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros</li> <li>Ministério da Administração Estatal</li> <li>Ministério da Justiça</li> </ul>	Nações Unidas	Ministério de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	<b>Governo:</b> Ministério de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Defesa e Segurança, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério da Justiça, Ministério da Administração Estatal, Ministério das Finanças, Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional, Agência de Desenvolvimento Nacional, Comissão da Função Pública, Comissão Anti-Corrupção, Comissão Nacional de Eleições
Sector Estratégico do Desenvol. de Infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministério das Obras Públicas</li> <li>Ministério dos Transportes e Comunicações</li> </ul>	Banco Asiático de Desenvolvimento	Secretariado dos Grandes Projectos, Agência de Desenvolvimento Nacional, Comissão Nacional de Aprovisionamento	<b>Governo:</b> Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes e Comunicações

40. Nos casos em que seja necessário serão estabelecidos Grupos de Trabalho de Sub-Sector dentro de cada Sector Estratégico. Os Grupos de Trabalho de Sub-Sector serão organizados pelos ministérios operacionais relevantes e apoiados pelos seus parceiros de desenvolvimento. O Grupo de Trabalho do Sub-Sector para a ASEAN será estabelecido directamente sob o Gabinete do Primeiro-Ministro. O Secretariado Nacional será estabelecido sob os auspícios da Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento no Ministério das Finanças, com o apoio das Nações Unidas e de outros parceiros de desenvolvimento. O Portal de Transparência da Ajuda será usado para gerir a assistência externa de acordo com os pilares e os sub-pilares do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*.

## Timor-Leste actualmente

### Governo

41. A condução pacífica e bem-sucedida das eleições para a Presidência da República e para o Parlamento Nacional constituíram um marco importante no processo de construção da paz e de construção do Estado de Timor-Leste. Foram realizadas duas voltas de eleições presidenciais e uma volta de eleições legislativas, tendo decorrido de forma ordeira e pacífica. Não se registaram acidentes em parte alguma do território nacional.

42. Para a Presidência de República de Timor-Leste foi eleito Sua Excelência Taur Matan Ruak. Após a tomada de posse do novo Presidente, no dia 7 de Julho de 2012, foram realizadas eleições legislativas. Quatro partidos elegeram representantes para o Parlamento Nacional, tendo três destes partidos posteriormente formado um novo Governo.

43. O novo Governo é uma coligação do Congresso Nacional da Reconstrução Timorese (CNRT), do Partido Democrático e da FRENTI-Mudança. O líder do CNRT, Xanana Gusmão, foi reeleito Primeiro-Ministro para um novo mandato de cinco anos. Este resultado permite ao V Governo Constitucional continuar a desenvolver os alicerces de uma nação pacífica e estável, os quais foram assentes pelo IV Governo Constitucional.

44. O novo Governo engloba o Primeiro-Ministro, o Vice Primeiro-Ministro, 15 Ministros, 12 Vice-Ministros e 26 Secretários de Estado. O Apêndice E contém uma lista completa dos Ministérios. Os membros e Governo foram nomeados de acordo com o organigrama alinhado com a implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*.

45. Pela primeira vez na curta história de Timor-Leste enquanto nação independente registou-se uma transição alargada e abrangente do IV Governo Constitucional para o V Governo Constitucional. Esta transição teve formalmente lugar durante a Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento em 2012, garantindo uma entrada em funções suave da nova administração e estabelecendo um precedente importante em termos de boa governação e processo de construção do Estado. Os relatórios de transição forneceram informações transparentes sobre a estrutura organizacional e de pessoal dos Ministérios, os programas e projectos que estão a realizar, quadros legais relevantes e capacidade para apoiar o programa do novo Governo. Graças a isto o novo Governo não precisou começar a partir do zero, tendo o desenvolvimento continuado sem perturbações desde o primeiro dia de trabalho da nova administração.

### Questões do Sector Estratégico Económico

46. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Económico é um de quatro grupos de trabalhos estabelecidos para coordenar a implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-*

Leste e do Programa do V Governo Constitucional ao longo dos próximos cinco anos. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Económico é copresidido pelo Ministério das Finanças, Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente e Ministério da Agricultura e Pescas, com a Direcção Nacional de Política Económica do Ministério das Finanças a prestar serviços de secretariado. O principal parceiro de desenvolvimento a prestar apoio é o Banco Mundial. A secção seguinte apresenta o quadro político e as principais prioridades do Governo para este sector durante os próximos cinco anos. O *Apêndice A: Programa do Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Económico* contém mais detalhes.

47. A economia de Timor-Leste tem tido uma das maiores taxas de crescimento no mundo, sendo previsto que o seu forte desempenho económico desde 2007 vá continuar. A concretização da paz, estabilidade e segurança sustentadas permitiu aumentar a confiança em termos de negócios. O Governo e a política económica têm apoiado o crescimento e conduzido a uma economia aberta, a uma política fiscal expansiva, à reforma tributária, à liberalização da indústria das comunicações e à melhoria das infra-estruturas. Embora o crescimento seja forte, a inflação apresenta um risco para a economia. Foram feitos esforços determinados para garantir um crescimento inclusivo, com pagamentos de transferências e programas alargados de desenvolvimento nos distritos, porém continuam a existir níveis consideráveis de pobreza que o Governo está a procurar reduzir. Apesar de ainda não haver dados disponíveis, a retirada da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste parece ter tido um impacto muito reduzido no nível da actividade económica, com destaque para o sector da restauração e da habitação.

48. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* estabelece um quadro político a longo prazo que visa a construção de uma economia diversificada. Isto inclui uma abordagem de dar prioridade à construção das infra-estruturas produtivas essenciais para apoiar uma economia forte e desenvolver um sector privado sustentável. Propõe igualmente o desenvolvimento de três indústrias estratégicas essenciais para sustentar a base económica de Timor-Leste, nomeadamente o petróleo, o turismo e a agricultura. Um programa de reformas económicas, incluindo o estabelecimento de Zonas Económicas Especiais, a liberalização das telecomunicações, a abertura de um banco de desenvolvimento e a simplificação das normas de negócio, servirá também para impulsionar novos progressos e, mais importante ainda, criar emprego e oportunidades de investimento.

### Crescimento Económico

49. Apesar das condições económicas difíceis a nível global desde 2007, as taxas de crescimento têm sido em média superiores a 10% ao ano, com o Fundo Monetário Internacional a prever que continuem nestes níveis. Este crescimento teve um efeito transformador na economia de Timor-Leste, promovendo confiança no futuro, encorajando a criação de empresas e criando postos de trabalho.

Figure 3 – Crescimento do PIB entre 2005 e 2013

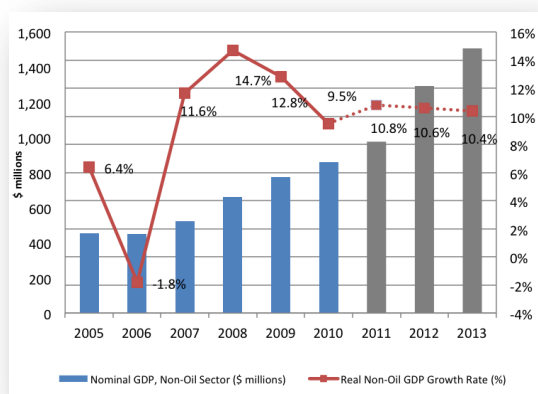
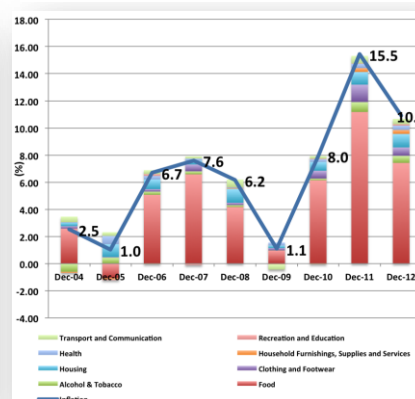


Figura 2 – Inflação entre 2004 e 2012



50. O crescimento económico tem suportado o crescimento de uma classe média em Timor-Leste, a qual é a chave para o aumento sustentável das despesas domésticas e o apoio a um sector privado diversificado. Um desafio importante para Timor-Leste será garantir que o crescimento económico é inclusivo e equilibrado em toda a nação. As grandes políticas nacionais que apoiam o crescimento económico nos distritos, a descentralização política e administrativa e o programa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para os sucos, juntamente com os programas de grande dimensão de assistência social e transferências para idosos, inválidos e veteranos, são apenas algumas das políticas concebidas para garantir que os benefícios da expansão económica são distribuídos através de Timor-Leste.

### Inflação

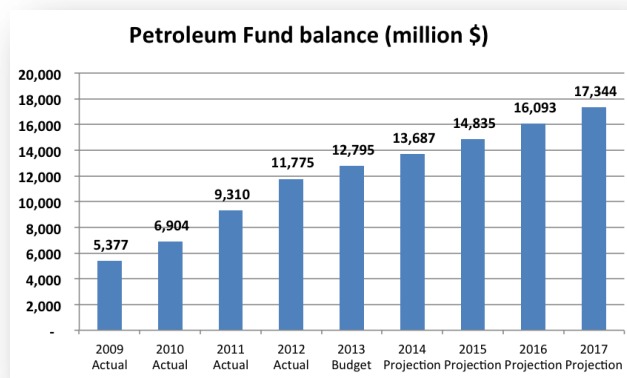
51. Embora Timor-Leste registe níveis fortes de crescimento, a inflação representa um sério risco económico. A inflação tem vindo a aumentar desde Dezembro de 2009, chegando aos dois algarismos em Março de 2011 e atingindo um máximo histórico de 14% em finais de 2011. Desde então a inflação baixou um pouco, porém continua a estar acima dos alvos do Governo e a colocar pressão sobre o poder de compra local e a competitividade internacional. Para lá de não possuir os meios de política monetária acessíveis a outras nações para conter a inflação, Timor-Leste é uma economia pequena com uma capacidade de absorção reduzida. Os aumentos de custos foram associados à desvalorização do dólar, uma vez que a economia de Timor-Leste está fortemente dependente da importação de bens e serviços. A política fiscal expansiva, associada com a construção de infra-estruturas essenciais e com pagamentos de transferências, teve também impacto nos níveis dos preços, com a oferta a não conseguir satisfazer a procura cada vez maior.

### Rendimentos Petrolíferos

52. Os rendimentos petrolíferos são muito importantes para Timor-Leste e têm um impacto económico muito significativo. Após o início em 2004 da produção dos campos de petróleo e gás no Mar de Timor, os fluxos anuais do Governo através de direitos e impostos aumentaram de forma rápida. No final do primeiro trimestre de 2013 o Fundo Petrolífero contém 13 mil milhões de dólares. Timor-Leste é um dos países mais dependentes do petróleo no mundo inteiro, com cerca de 90% do orçamento a serem financiados a partir dos rendimentos petrolíferos. A Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pelo Parlamento Nacional em 2005 e emendada em 2011, requer que todos os rendimentos petrolíferos sejam canalizados para o Fundo Petrolífero, o qual é então investido de forma prudente em aplicações financeiras internacionais divididas entre acções e títulos. Um montante adequado é transferido para o Orçamento do Estado mediante a aprovação do Parlamento Nacional. Esta transferência é orientada pelo Rendimento Sustentável Estimado (calculado nos 3%), que corresponde ao montante que pode ser gasto todos os anos sem esgotar a riqueza petrolífera. O relatório do Índice de Gestão de Recursos de 2013 do Instituto Revenue Watch referiu que “Timor-Leste adoptou sistemas transparentes e responsáveis para a gestão da sua riqueza petrolífera”.<sup>6</sup> Timor-Leste ficou classificado na 13ª posição entre os 58 países estudados, ficando acima de alguns dos nossos vizinhos desenvolvidos a nível de salvaguardas e controlos de qualidade.

<sup>6</sup> <http://www.revenuewatch.org/rgi/report#fig1>

Figura 6 – Saldo do Fundo Petrolífero (em milhões de dólares)



### Política Fiscal a Longo Prazo e Rendimento Sustentável Estimado

53. Embora o Orçamento de Estado para 2013 envolva apenas o gasto do Rendimento Sustentável Estimado, ao longo dos próximos quatro anos é provável que o Governo necessite de levantamentos superiores para cobrir os gastos necessários com infra-estruturas. À medida que as receitas domésticas forem aumentando e as despesas de capital forem descendo deixarão de ser necessários levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado, o qual impõe disciplina orçamental e continua a ser o critério a longo prazo para a política fiscal de Timor-Leste. O Fundo Monetário Internacional ajuda Timor-Leste a determinar o Rendimento Sustentável Estimado. O Governo de Timor-Leste está empenhado em garantir que os nossos níveis de despesa pública são sustentáveis.

### Orientação económica

54. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* fornece um quadro para desenvolver e estruturar a nossa economia de modo a apoiar uma economia de mercado diversificada e inclusiva, com um sector privado forte. Isto inclui a expansão do nosso sector agrícola, criando um sector do turismo pujante e encorajando o crescimento de pequenas e micro empresas. Todavia o desenvolvimento económico de Timor-Leste é actualmente condicionado pelas más infra-estruturas nacionais e pela escassez de recursos humanos qualificados. É por esta razão que foram estabelecidos o Fundo de Infra-estruturas e o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, visando construir infra-estruturas produtivas e formar e educar o nosso povo.

55. De modo a concretizar a visão a longo prazo de Timor-Leste estão a ser concebidas definições políticas para transformar a estrutura da economia – passando da actual dependência da agricultura de subsistência e do sector público para um sector privado em crescimento, indústrias maduras e um sector de serviços em expansão. Isto resultará igualmente na criação de postos de trabalho e na passagem do emprego para o sector da indústria e dos serviços.

### Agricultura

56. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* identifica projectos e programas para dar resposta a desafios e explorar oportunidades no nosso sector agrícola. Um dos principais alvos é ser autossustentável em termos de produção alimentar até 2020. Embora tenhamos ainda um longo caminho a percorrer, estamos a avançar na direcção certa para atingir este alvo. A produtividade das colheitas foi baixa em 2011 devido a condições sazonais desfavoráveis, porém 2012 foi um ano muito melhor para os agricultores timorenses. Os níveis de produção de arroz e milho em 2012 foram muito superiores aos de 2011, tendo a produção total de colheitas alimentares essenciais aumentado de

pouco mais de 100.000 toneladas em 2011 para quase 200.000 toneladas em 2012. Este feito é confirmado pelos números relativos à importação de arroz. Em 2011 foram importadas cerca de 100.000 toneladas de arroz, enquanto em 2012 foram importadas menos de 40.000 toneladas. Este aumento na produção é atribuído a chuvas oportunas e abundantes, ao uso de melhores sementes e materiais de plantação, à mecanização e às técnicas adquiridas pelos agricultores graças aos serviços de extensão do Governo.

57. Durante os últimos seis meses as Direcções Nacionais e Distritais do Ministério da Agricultura e Pescas estiveram envolvidas em exercícios de planeamento estratégico para produzir um guia prático – o Plano Operacional a Médio Prazo – para o Ministério e seus intervenientes. O Plano Operacional a Médio Prazo dá resposta às necessidades mais prementes no sector agrícola de Timor-Leste ao longo dos próximos cinco anos. Orientará as intervenções de desenvolvimento e será a base para novas acções de planeamento no Ministério da Agricultura e Pescas.

### Turismo

58. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* designa o turismo como uma das três indústrias estratégicas que irão sustentar o desenvolvimento económico de Timor-Leste. A beleza natural, a cultura e a história de Timor-Leste fazem da indústria do turismo um sector único e com potencial para criar emprego, afirmar a nossa história e criar negócios que tanto os cidadãos nacionais como os visitantes internacionais poderão apreciar.

59. O Governo está a posicionar estrategicamente Timor-Leste como líder regional nos mercados do turismo ecológico, marinho, histórico e de aventura. De modo a ajudar este esforço, o Governo está a reabilitar as infra-estruturas, incluindo o aeroporto nacional, as telecomunicações e as estradas em rotas turísticas essenciais, com destaque para a recém-nomeada Grande Estrada da Costa Norte entre Com e Balibó.

60. Na Zona Turística Oriental, que vai de Tutuala até Com e Baucau e ao longo da estrada costeira até Hera, o Governo está a levar a cabo projectos rodoviários importantes, bem como a trabalhar com empresas locais para providenciar experiências autênticas de turismo ecológico para os nossos visitantes, incluindo a promoção do Parque Nacional Nino Konis Santana.

61. Uma vez que Díli é a principal porta de entrada na nação, o Governo abriu na cidade um Centro de Informações Turísticas sobre Timor-Leste, visando prestar informações sobre sítios de interesse local e nacional. A Zona Turística Central inclui também a ilha de Ataúro, vital para o turismo ecológico e marinho, assim como Maubisse, que é a base para o turismo e os passeios de aventura a pé na área, incluindo até ao Monte Ramelau.

62. A Zona Turística Ocidental inclui a Grande Estrada da Costa Norte até Balibó, Maliana, Bobonaro e as terras do café em Ermera. O Governo está a promover o forte holandês em Maubara, bem como as ruínas da prisão Ai Pelo e um futuro museu. É importante referir que o Governo está a apoiar a reabilitação abrangente da casa portuguesa do forte de Balibó, que abrirá em Setembro deste ano, e a construção de um hotel boutique dentro das paredes do forte, o qual abrirá em 2014. O Governo irá também desenvolver e promover as fontes quentes de Marobo, de modo a torna-las um destaque de uma vista à Zona Turística Ocidental.

### Emprego e desenvolvimento a nível regional

63. O Governo está a implementar o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos para atingir as metas do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* de criar emprego e acelerar o desenvolvimento em todos os sucos do território. A fase inicial deste programa irá providenciar verbas

de investimento comunitário com um valor médio na ordem dos 50.000 dólares por suco. Ao longo dos oito anos de vida do programa é esperado que sejam investidos cerca de 300 milhões de dólares.

64. Sob este programa os sucos serão envolvidos directamente no seu próprio desenvolvimento, através do planeamento, construção e gestão das suas próprias infra-estruturas. Serão oferecidas verbas a comunidades dos sucos para acelerar o desenvolvimento de infra-estruturas, melhorar o acesso a serviços e criar mais postos de emprego. Será prestada formação intensiva a membros e jovens de comunidades de todos os distritos a nível de planeamento participativo, engenharia civil e gestão financeira, de modo a dotá-los com as qualificações necessárias para apoiar as suas comunidades na implementação do programa.

### Questões do Sector Estratégico Social

65. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Social é um de quatro grupos de trabalho estabelecidos para coordenar a implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e do Programa do V Governo Constitucional ao longo dos próximos cinco anos.

66. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Social é copresidido pelo Ministério da Solidariedade Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, com o Ministério da Administração Estatal a prestar serviços de secretariado. O principal parceiro de desenvolvimento a prestar apoio é o Governo da Austrália, por via da AusAID. A secção seguinte apresenta o quadro político e as prioridades do Governo durante os próximos cinco anos. O *Apêndice B: Programa do Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Social* contém mais detalhes.

### Saúde

67. Tal como indicado no *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*, a Constituição de Timor-Leste estabelece que os cuidados médicos são um direito fundamental de todos os cidadãos e obriga o Governo a promover e estabelecer um sistema nacional de saúde que seja universal, geral, gratuito e, tanto quanto possível, descentralizado e participativo.

68. Em Outubro de 2012 Timor-Leste tinha 13 médicos especialistas, 139 médicos de medicina geral, 1.271 enfermeiros e enfermeiros assistentes, 427 parteiras e 416 técnicos de saúde. O número de médicos disparou um mês mais tarde, com a graduação de 400 estudantes timorenses após quatro anos de estudo em Cuba e dois anos de estudo na Universidade Nacional de Timor-Leste. Até 2016 prevê-se que haja mais de 1.000 graduados de medicina timorenses a trabalhar como médicos de pleno direito em Timor-Leste. A boa integração destes médicos no sistema de saúde de Timor-Leste é uma prioridade fundamental do Governo.

69. O *Programa do Governo* inclui um compromisso a cinco anos para com Postos de Saúde em distritos com populações de 1.500 a 2.000 habitantes situados em áreas muito remotas, com um pacote abrangente que inclui serviços curativos básicos, programas de vacinação, cuidados de saúde materna e infantil, prestação de programas de nutrição, acompanhamento da tuberculose, apoio aos cuidados de saúde mental e promoção e educação sobre saúde.

70. O Governo está igualmente empenhado em garantir que o Hospital Nacional Guido Valadares está em condições de começar a prestar cuidados especializados e subespecializados. Está a ser planeado um Hospital Especializado em Díli, o que reduzirá a necessidade de procurar tratamento médico no estrangeiro por parte de doentes com cancro e com outras doenças que requerem tratamento especializado.

71. Estão a ser melhorados serviços de saúde materna e infantil através do acesso a serviços de saúde pré-natal, de parto, pós-natal e de planeamento familiar de qualidade, bem como da melhoria dos



cuidados obstétricos de emergência através do reconhecimento, detecção precoce e gestão de complicações obstétricas a nível da comunidade. Estão a ser expandidos serviços de prevenção e cura a recém-nascidos, bebés e crianças, bem como programas para vacinar crianças contra a poliomielite, o sarampo, a tuberculose, a difteria e a hepatite B, assim como para eliminar a filaríase linfática e as infeções transmitidas pelo solo.

72. Ao longo dos próximos cinco anos o Governo irá também legislar com vista a regular a prestação de serviços de saúde por prestadores privados e pelo sector não-lucrativo, de modo a que sejam obrigados a cumprir com as normas aplicáveis ao sistema de saúde pública; introduzir padrões de saúde e segurança no trabalho e outros regimes de cumprimento, incluindo a regulação de farmácias e de outras lojas de retalho não especializadas que vendem actualmente medicamentos ao público, muitas vezes sem prescrição.

73. A melhoria da nutrição continua a ser uma prioridade para o Governo. Estão a ser alargadas estratégias para promover a diversidade e o consumo de alimentos de produção local, melhorar as práticas de nutrição materna e infantil, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de nutrição em instalações de saúde e na comunidade, e implementar programas de alteração de comportamentos de nutrição.

74. Será dada prioridade às necessidades de saúde dos nossos idosos, inválidos e pessoas com desordens do foro mental.

### **Educação**

75. O Governo quer garantir que todas as crianças frequentem a escola e recebam um ensino de qualidade que lhes dê os conhecimentos e as qualificações de que necessitam para viver vidas saudáveis e produtivas e para contribuir de forma activa para o desenvolvimento da nossa Nação. Para tal, ao longo dos próximos cinco anos o Governo irá alargar o investimento no nosso sistema de ensino para garantir que temos as infra-estruturas e os professores necessários para permitir a todas as crianças ter acesso a um ensino de qualidade elevada, independentemente da zona de Timor-Leste onde residam.

#### ***Ensino pré-escolar***

76. Durante os próximos cinco anos o Governo tenciona construir pelo menos 250 novas creches e renovar todas as salas de aula que estão actualmente degradadas. O Governo está a desenvolver programas amplos de formação teórica e prática para professores do ensino pré-escolar, de modo a que até 2015 pelo menos metade de todas as crianças timorenses dos três aos cinco anos receba ensino pré-escolar de qualidade. As línguas locais estão a ser testadas em alguns distritos para melhorar o acesso à educação e garantir que as crianças têm uma base sólida de conhecimentos de alfabetização e matemática.

#### ***Ensino básico***

77. O rápido crescimento populacional está a criar uma procura futura considerável por mais professores, mais salas de aula e mais dinheiro para a educação. O Governo reconhece que é urgente melhorar de forma radical a qualidade do sistema de ensino básico, incluindo uma melhoria na formação de professores e outros recursos humanos. Ao longo dos próximos cinco anos as prioridades do Governo são matricular todas as crianças com idade adequada no primeiro ano do ensino básico; reduzir o abandono escolar, que está actualmente nos 70%; e encorajar a conclusão do ensino básico dentro do tempo previsto. Serão implementadas as recomendações da “Política de Ensino Multilíngue com base nas Línguas Maternas de Timor-Leste” para que as crianças adquiram as competências

mínimas a nível de alfabetização e matemática. O Governo está ainda a orçamentar a provisão de edifícios e instalações escolares proporcional ao aumento no número de crianças em idade escolar.

#### **Ensino secundário**

78. Durante os próximos cinco anos o Governo pretende aumentar a capacidade das escolas secundárias para absorver um número maior de alunos que concluem o ensino básico, bem como para alargar o sistema de ensino secundário a todo o país, especialmente em zonas remotas e regionais. Isto irá requerer um programa de infra-estruturas que construa escolas modernas capazes de receber o número cada vez maior de alunos que frequentam o ensino secundário. Está a ser desenvolvido um novo currículo para o ensino secundário, o qual inclui conjuntos de qualificações e conhecimentos que visam responder às necessidades dos nossos alunos e do mercado de trabalho, bem como às nossas necessidades de desenvolvimento.

#### **Ensino superior**

79. O Governo está a desenvolver um sector politécnico e universitário eficaz para dar aos nossos alunos a oportunidade de receber ensino de qualidade e de fazer parte da construção do nosso país. As prioridades do Governo ao longo dos próximos cinco anos consistem em implementar um sistema sólido de garantia de qualidade, registando todas as qualificações nacionais no Quadro de Qualificações Nacionais, e continuar a desenvolver o órgão nacional de garantia de qualidade, nomeadamente a Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, a qual é responsável por determinar padrões e critérios que garantam a qualidade do ensino superior. Para lá disto, o Governo está a desenvolver parcerias com instituições de ensino superior de classe mundial e a encorajar esforços para coordenar apoio internacional. Irão ser desenvolvidos Institutos Superiores Politécnicos para cada um dos nossos sectores industriais estratégicos, incluindo um politécnico de engenharia em Suai, um politécnico da indústria dos serviços (turismo e restauração) em Lospalos, um politécnico de agricultura na costa sul e uma academia de pesca na costa norte. A Universidade Nacional de Timor-Leste será alargada, de modo a englobar sete faculdades a médio prazo: Agricultura; Engenharia, Ciências e Tecnologia; Medicina e Ciências da Saúde; Economia e Gestão; Educação, Artes e Letras; Direito; e Ciências Sociais.

#### **Formação Profissional**

80. Um novo Plano de Educação e Formação Técnica e Profissional em Timor-Leste faz uso do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e irá orientar o desenvolvimento do sector do ensino vocacional. Envolve o estabelecimento de um sistema nacional de estágios, com o apoio do novo Conselho Nacional de Qualificações, Emprego e Produtividade, que colocará os alunos em estágios acreditados junto de empresas e estabelecerá remunerações de formação para as empresas participantes. A política do Conteúdo Laboral Nacional irá estabelecer requisitos para o emprego e formação de cidadãos timorenses em projectos nacionais. Serão estabelecidos centros governamentais e não-governamentais de qualificações nos distritos para prestar formação acreditada, e serão alargadas parcerias internas de modo a permitir a trabalhadores timorenses participar em programas de trabalhadores internacionais convidados na Coreia do Sul e na Austrália. O Governo está também a apoiar a aprendizagem ao longo da vida e pretende eliminar o analfabetismo até 2015, por via do aumento da capacidade dos programas actuais de alfabetização.

#### **Inclusão Social**

81. A assistência aos membros pobres e vulneráveis da nossa sociedade, às nossas crianças, às mulheres em risco de abuso, às famílias pobres, aos idosos, aos veteranos e às vítimas de catástrofes naturais é uma obrigação continuada e uma prioridade para o Governo.

### **Veteranos**

82. O Governo está a continuar a honrar o passado e os nossos heróis nacionais, dando aos nossos veteranos o apoio que eles merecem. O Governo irá estabelecer Conselhos de Veteranos nos distritos para apoiar o processo de verificação e garantir que os veteranos e as suas famílias vivem em condições dignas. O Governo está igualmente a trabalhar num sistema de afectação de bolsas de estudo a filhos de Mártires e Combatentes da Libertação Nacional, dando prioridade a famílias desfavorecidas.

### **Igualdade dos géneros**

83. Em resultado das eleições de 2012, 38% dos Deputados são mulheres – a percentagem de mulheres eleitas para o Parlamento mais elevada em toda a Ásia. Este resultado deveu-se em grande medida à emenda da Lei de Eleições Legislativas em 2011, com vista a aumentar a quota de mulheres em listas candidatas para uma mulher por cada três candidatos. Timor-Leste está actualmente a preparar a descentralização através do estabelecimento de municípios, pelo que serão feitos esforços para encorajar candidatas do sexo feminino a concorrer às eleições municipais.

84. O Governo está a trabalhar para implementar as acções no *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* que visam conseguir uma sociedade equilibrada em termos de géneros, incluindo a uniformização dos géneros e a introdução de leis, políticas, programas, processos e orçamentos atentos à questão dos géneros, bem como a sensibilização relativamente a estas questões. O Governo irá ainda melhorar os serviços básicos e os modos de vida para as mulheres, assim como fomentar o emprego das mulheres e o seu envolvimento em processos decisórios.

85. A uniformização dos géneros será conduzida através do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento. Os Grupos de Trabalho sobre Géneros a nível ministerial e distrital fiscalizarão uma orçamentação atenta à questão dos géneros, bem como o planeamento e a monitorização de actividades. A Lei Contra a Violência Doméstica está a ser aplicada e o Plano de Acção Nacional sobre violência com base no género, de 2012 a 2014, está a ser implementado de modo a reduzir a violência doméstica e a violência com base no género.

### **Juventude e Desporto**

86. Dado que mais de 60 por cento da população tem menos de 25 anos, os nossos jovens registam taxas de desemprego elevadas, sendo que muitos dos que trabalham fazem-no em empregos não qualificados ou em situações de emprego precárias. Os jovens são o principal foco dos programas de ensino e formação vocacional do Governo. O Governo irá estabelecer um Fundo para a Juventude e financiar um Centro Nacional de Juventude em Díli, com vista a prestar formação em arte, música, desporto e educação cívica. O Governo está a continuar a promover e a desenvolver instalações e equipamentos desportivos nos distritos.

### **Questões do Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas**

87. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas é um de quatro grupos de trabalho estabelecidos para coordenar a implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e do Programa do V Governo Constitucional ao longo dos próximos cinco anos.

88. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Infra-estruturas é copresidido pelo Ministério das Obras Públicas e Ministério dos Transportes e das Comunicações, com o Secretariado dos Grandes Projectos, a Agência de Desenvolvimento Nacional e a Comissão Nacional de Aprovisionamento a prestar serviços de secretariado. O principal parceiro de desenvolvimento a prestar apoio é o Banco

Asiático de Desenvolvimento. A secção seguinte apresenta o quadro político e as prioridades do Governo durante os próximos cinco anos. O *Apêndice C: Programa do Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Infra-estruturas* contém mais detalhes.

89. O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* estabelece um plano de infra-estruturas para suportar o crescimento sustentável da nação e aumentar a produtividade, criar emprego e apoiar o desenvolvimento do sector privado. O programa de infra-estruturas inclui a geração de electricidade, a construção de uma rede rodoviária nacional, a construção de um porto nacional, a melhoria da capacidade do aeroporto e o projecto Tasi Mane relativo ao desenvolvimento da costa sul com base no petróleo.

### Água e saneamento

90. A existência de um abastecimento de água potável, saneamento básico e esgotos eficazes é essencial para o futuro de Timor-Leste, dado que estes factores contribuem para a melhoria da saúde pública, a criação de emprego e o encorajamento do desenvolvimento rural, fazendo também com que seja mais fácil manter e sustentar os nossos valiosos recursos hídricos e outras infra-estruturas.

91. O Governo está a investir em trabalhos importantes no que se refere a água e saneamento em áreas rurais, áreas regionais e urbanas, escolas e em Díli. Ao longo dos próximos cinco anos serão instalados pelo menos 400 sistemas de água em 25.000 agregados familiares rurais, sendo que o Governo irá apoiar a construção de retetes comunitárias e recrutar 88 facilitadores de água e saneamento a nível de sub-distritos para sucros abrangidos pelo Programa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural. É prioritário reabilitar os actuais sistemas de abastecimento de água, por via da reparação sistemática de furos, canos defeituosos, válvulas e contadores, bem como formar funcionários para ler os contadores e estabelecer um sistema de cobrança.

92. O Governo está a implementar um Plano Geral de Saneamento e Esgotos em Díli a fim de reduzir os riscos de saúde e encorajar o desenvolvimento económico. O plano procura conseguir melhorias faseadas no saneamento através da reabilitação de esgotos existentes e da separação entre águas residuais e água das chuvas, mediante a construção de esgotos de intercepção. No que diz respeito a melhorias no saneamento, o Governo dará prioridade a áreas contendo densidades populacionais médias a altas, juntamente com áreas comerciais, industriais e institucionais. O Governo está a realizar os estudos de engenharia necessários para poder oferecer soluções locais às comunidades locais a nível de problemas de escoamento. A manutenção dos canos de esgoto existentes será uma parte fundamental destas soluções.

93. O Governo está a implementar um Plano Geral de Saneamento e Escoamento com vista a resolver os problemas de inundações em Díli. Ao longo dos próximos cinco anos isto envolverá a limpeza de resíduos nos esgotos, o revestimento de canais, a construção de bacias retardadoras e melhorias ao escoamento nas estradas.

### Electricidade

94. A existência de um fornecimento fiável de electricidade é essencial para melhorar a qualidade de vida e apoiar o emprego e o desenvolvimento nas zonas urbanas e rurais. Deste modo Timor-Leste deu prioridade à geração de electricidade e concluiu o maior programa de infra-estruturas de Timor-Leste, uma rede nacional de electricidade dotada de um sistema eficaz de transmissão e distribuição.

### Estradas e pontes

95. Timor-Leste precisa de uma rede rodoviária decente para ligar as suas comunidades, promover o desenvolvimento rural, a indústria e o turismo, e assegurar a prestação de serviços públicos. Timor-

Leste está a iniciar um investimento a longo prazo no sector rodoviário, o qual irá incluir um programa de grande dimensão de reabilitação, reparação e melhoria de estradas nacionais e regionais.

96. Este programa incluirá igualmente dois projectos rodoviários de grande dimensão. Estes projectos terão início em 2013 e o projecto rodoviário Díli – Liquiçá e Tibar – Gleno, numa parceria entre Timor-Leste e o Banco Asiático de Desenvolvimento e com um custo de 53 milhões de dólares, e a estrada de Díli a Baucau, numa parceria entre Timor-Leste e a JICA e com um custo de 92 milhões de dólares.

#### **Portos marítimos e aeroportos**

97. Timor-Leste necessita de um novo porto nacional, uma vez que dependemos actualmente do Porto de Díli para as nossas importações e exportações de mercadorias em geral. O crescimento médio do número de contentores no porto de Díli ao longo dos últimos 7 anos foi de quase 20%, o que faz com que o porto esteja a sentir muitas dificuldades para lidar com este volume cada vez maior. A limitação da capacidade do porto já significa que por vezes há uma grande fila de embarcações que pretendem atracar. Significa igualmente que navios tanto de mercadorias como de passageiros preferem evitar Timor-Leste. Assim sendo Timor-Leste irá construir um novo porto nacional na Baía de Tibar, a uma curta distância de Díli. Este projecto envolverá trabalhos consideráveis de dragagem, bem como a construção de novas instalações portuárias, incluindo um pátio de contentores, edifícios terminais e gruas móveis.

98. Timor-Leste precisa também de realizar melhorias consideráveis no seu aeroporto, já que este não possui capacidade para dar resposta às exigências futuras em termos de passageiros, aeronaves e segurança, sendo estes aspectos vitais para o desenvolvimento da nossa indústria de turismo. Estamos a examinar cuidadosamente as nossas opções e necessidades a nível do desenvolvimento do aeroporto, as quais poderão incluir novos edifícios terminais, um parque de estacionamento automóvel, serviços de frete, serviços terrestres, espaços comerciais de retalho, uma pista mais comprida e um paredão marítimo.

99. A Cooperação Financeira Internacional está actualmente a trabalhar com o Governo no Porto de Tibar e no Aeroporto Nacional, de forma a preparar os projectos para serem executados como Parcerias Público-Privadas.

#### **Petróleo – Projecto Tasi Mane**

100. O Governo irá construir infra-estruturas de apoio na costa sul de Timor-Leste, através do Projecto Tasi Mane, com vista a trazer o desenvolvimento petrolífero à nossa ilha e a criar dividendos económicos directos a partir de actividades da indústria petrolífera. Este Projecto consistirá no desenvolvimento plurianual de três aglomerados industriais, nomeadamente a Base de Fornecimentos de Suai, a Refinaria e Indústria Petroquímica de Betano e a Central de GNL de Beaço. Os desenhos preliminares e os trabalhos de construção já tiveram início, estando previsto que o desenvolvimento destas infra-estruturas vá ter um impacto transformador na economia e sociedade de Timor-Leste.

#### **Questões do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional**

101. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional é um de quatro grupos de trabalho estabelecidos para coordenar a implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* e do Programa do V Governo Constitucional ao longo dos próximos cinco anos.

102. O Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional é copresidido pelo Ministério de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Estatal e Ministério da Justiça, com o Ministério de Estado e da Presidência do

Conselho de Ministros a prestar serviços de secretariado. O principal parceiro de desenvolvimento a prestar apoio é a Organização das Nações Unidas. A secção seguinte apresenta o quadro político e as prioridades do Governo durante os próximos cinco anos. O *Apêndice D: Programa do Grupo de Trabalho do Sector Estratégico da Governação e Desenvolvimento Institucional* contém mais detalhes.

### **Boa governação no sector público**

103. A boa governação na função pública assume uma importância vital para o V Governo Constitucional, visto que assegura a confiança do público no governo e nas nossas instituições democráticas. As melhorias e reformas efectuadas no Ministério das Finanças fizeram com que pela primeira vez na história houvesse uma Reconciliação Plena de Contas, o que significa que as contas do Governo no Tesouro estão agora totalmente reconciliadas com a conta do Governo no Banco Central. Os responsáveis superiores no Ministério das Finanças são agora obrigados a assinar Declarações de Activos e Contratos de Desempenho com Indicadores-Chave de Desempenho, o que nunca havia acontecido no serviço público timorense. O investimento do Governo em sistemas transparentes e responsáveis levou a que a Austrália fosse o primeiro parceiro de desenvolvimento a utilizar sistemas criados por Timor-Leste.

### **Principais instituições de governação**

104. As iniciativas de governação importantes já implementadas incluem o estabelecimento da Comissão da Função Pública e da Comissão Anti-Corrupção, bem como o aumento dos poderes do Gabinete do Inspector-Geral para lhe permitir agir de forma independente na inspecção e auditoria de ministérios e instituições governamentais. O Governo continuará a dotar a Comissão Anti-Corrupção com os recursos e fundos de que necessita para cumprir o seu importante mandato. A Comissão Anti-Corrupção tem vindo a desenvolver metodicamente a sua capacidade e é uma instituição central e vital na luta contra a corrupção.

105. A Comissão da Função Pública continua a desempenhar um papel central na melhoria da governação da função pública. Para lá do papel importante que desempenha no que se refere a questões de indisciplina e má conduta, a Comissão da Função Pública continua a garantir que a função pública é profissional, honesta, receptiva e politicamente imparcial. O Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, um órgão judicial previsto na Constituição, realizará auditorias independentes ao Estado e analisar acordos contratuais importantes estabelecidos pelo Governo.

### **Iniciativas de transparência**

106. Timor-Leste foi a primeira nação na região da Ásia-Pacífico e a terceira no mundo inteiro a cumprir os critérios da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, sendo actualmente considerado como um líder a nível de inovações de melhores práticas na gestão de recursos. Como signatário da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, Timor-Leste publica contas relativamente ao dinheiro pago por empresas de recursos a operar em Timor-Leste e ao dinheiro pago pelo Governo. Estas informações estão disponíveis ao público a partir dos Relatórios Trimestrais do Fundo Petrolífero publicados pelo Banco Central de Timor-Leste e a partir da Autoridade do Petróleo de Timor-Leste.<sup>7</sup>

107. O Governo de Timor-Leste abraçou os princípios da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas e desenvolveu a base de dados electrónica mais acessível, abrangente e transparente do mundo, disponibilizando ao público informações sobre despesas orçamentais, concursos, contribuições de parceiros de desenvolvimento e implementação de programas. O Portal de

<sup>7</sup> Ver <http://www.bancocentral.tl/PF/Reports.asp> e <http://www.anp-tl.org/webs/anptlweb.nsf/vwAll/Publish%20What%20You%20Pay>

Transparência é gerido pelo Ministério das Finanças e engloba os quatro portais electrónicos seguintes:

- **Portal de Transparência do Orçamento** – detalha a forma como o orçamento é gasto, onde o orçamento é gasto e quanto do orçamento resta. (<http://www.budgettransparency.gov.tl>)
- **Portal de Transparência da Ajuda** – detalha os montantes oferecidos pelos parceiros de desenvolvimento e mostra onde é gasto o dinheiro. (<http://www.aidtransparency.gov.tl>)
- **Portal de Aprovisionamento Electrónico** – detalha os concursos actuais, os contratos adjudicados e o custo destes contratos. (<http://www.eprocurement.gov.tl>)
- **Portal de Resultados do Governo** – detalha as prioridades do Governo, monitoriza a prestação de programas e mostra quem beneficia com os projectos. (<http://www.governmentresults.gov.tl>)

### Transição da Agência de Desenvolvimento Nacional para a Agência de Política Económica e Investimento

108. A Agência de Desenvolvimento Nacional monitoriza e presta conselhos sobre a implementação do *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste*, avalia as principais propostas de infra-estruturas e monitoriza e reporta sobre a sua execução. Em breve transformar-se-á na Agência de Política Económica e Investimento, passando então a assumir funções adicionais, como por exemplo o planeamento, concepção e monitorização de programas e projectos estratégicos do Governo, e sendo ainda responsável por garantir investimento e criação de emprego de forma ampla. A Agência desenhará abordagens e iniciativas para conduzir o desenvolvimento, o crescimento económico e a diversificação das indústrias em Timor-Leste. A Agência terá capacidade para encomendar estudos independentes e prestar conselhos relativamente a uma gama de questões económicas, sociais e ambientais que afectam Timor-Leste, incidindo em formas para conseguir uma economia mais produtiva.

### Descentralização

109. O Governo de Timor-Leste está a procurar honrar o compromisso constitucional da nação relativamente à descentralização e a um sistema de poder local. Tanto o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste* como o *Programa do Governo* incluem um compromisso de implementar um sistema de poder local que seja consistente com a Constituição. Mais de 70 por cento da população timorense residem em áreas rurais. Isto significa que, para muitas pessoas, o Governo central em Díli está muito longe das suas aldeias e vilas, o que faz com que seja difícil terem um relacionamento directo e regular com o Governo. O Governo tem igualmente dificuldade para identificar as necessidades das comunidades remotas e dar-lhes uma resposta célere e apropriada. O V Governo Constitucional pretende estar mais próximo do povo timorense e dar às pessoas voz nas decisões que afectam as suas vidas, as suas famílias e as suas comunidades.

110. Em 2009 o Parlamento aprovou uma lei que estabeleceu os municípios como a única entidade de poder local em Timor-Leste. Foram identificados treze municípios, com base nos actuais distritos. O nosso desafio agora consiste em encontrar a melhor forma de incorporar as estruturas de distrito, sub-distrito e suco num sistema de poder local que seja consistente com a Constituição e que reflecta as tradições culturais e os laços comunitários fortes do povo timorense.

111. Esta reforma não se limita ao estabelecimento de um processo para eleger representantes locais. Envolve o desenvolvimento das qualificações e capacidades necessárias para administrar órgãos municipais e para planejar, gerir e prestar serviços públicos a nível local. No mundo inteiro existem muitos sistemas diferentes de poder local e de administração local. Aquando da concepção do

nosso novo sistema em Timor-Leste, tivemos a oportunidade de aprender com as experiências de outros países e de desenvolver o modelo que melhor se adequa às circunstâncias, tradições e cultura únicas da nossa nação.

### Justiça

112. O desenvolvimento do sector da justiça é vital para garantir uma cultura de governação democrática, bem como estabilidade e desenvolvimento em Timor-Leste.

113. O V Governo Constitucional continua a fortalecer a independência de magistrados, a autonomia do Ministério Público e o profissionalismo dos profissionais de direito. A legislação utiliza linguagem simples, havendo diálogo regular com a sociedade civil e com o público a respeito do desenvolvimento de leis. O Governo está também a trabalhar no sentido de tornar os serviços de justiça disponíveis nos distritos, mediante a colocação de mais magistrados, procuradores e defensores públicos por todo o país. Estão a ser dados passos para regular e promover formas alternativas de resolução de disputas, como por exemplo a mediação e a conciliação, sobretudo em disputas laborais, disputas familiares ou disputas sobre posse de terrenos.

114. Está a ser dada prioridade à capacitação técnica e humana nas áreas de investigação criminal e outras ciências forenses, de modo a poder dar-se resposta a crimes complexos, como sejam crime organizado, corrupção e lavagem de dinheiro, bem como a crimes domésticos e sexuais.

115. O Governo está a dar prioridade máxima ao desenvolvimento e implementação de legislação para reger a propriedade e o uso de terrenos em Timor-Leste, uma vez que esta legislação é vital para o desenvolvimento económico de Timor-Leste.

### Reforma da segurança

116. A segurança dos cidadãos continua a ser uma prioridade para o Governo. O processo de reforma pôs fim ao ciclo de instabilidade e aumentou a confiança do povo nas suas forças de segurança.

117. Em Março de 2011 a responsabilidade pelo policiamento primário transitou da UNPOL para a PNTL, o que assinalou a conclusão do processo de reatamento. Três distritos foram postos sob um programa de monitorização especial de modo a resolver desafios residuais. Desde a transição gradual não houve incidentes de maior e os relatórios indicam que as taxas de criminalidade são reduzidas. O mandato de manutenção da paz das Nações Unidas terminou em Dezembro de 2012, assinalando assim um marco numa nova era de transição da instabilidade para o desenvolvimento.

### Relações internacionais e a ASEAN

118. Tendo assegurado a estabilidade após um longo período de construção da paz, Timor-Leste está agora concentrado na construção do Estado. A comunidade internacional apoiou a transição bem-sucedida de Timor-Leste da fragilidade para a solidez, pelo que a nossa nação quer agora acelerar o seu envolvimento internacional para poder dar algo em troca.

119. No último mês de Novembro Timor-Leste participou na primeira reunião trilateral com o Presidente da República da Indonésia e a Primeira-Ministra da Austrália. Iniciámos igualmente reuniões trilaterais com os nossos Ministros da Defesa e Ministros dos Negócios Estrangeiros.

120. Timor-Leste solicitou a adesão à ASEAN. Uma vez que Timor-Leste faz parte do Sudeste Asiático a nossa nação quer também fazer parte da ASEAN, para que juntos possamos contribuir para o crescimento, progresso social e desenvolvimento cultural na região, dentro de um espírito de parceria.



121. Em 2014 Timor-Leste presidirá à CPLP. Esta é uma responsabilidade muito importante e uma honra para Timor-Leste. A nossa nação está ansiosa por poder contribuir para a solidariedade e desenvolvimento das nações de língua portuguesa espalhadas pelo mundo

122. Timor-Leste está igualmente a aprofundar o seu relacionamento com as nações ilha do Pacífico. Timor-Leste partilha muitos dos desafios e oportunidades que enfrentam as ilhas do Pacífico, pelo que a nossa nação espera dar um forte contributo como observadora no Fórum Anual das Ilhas do Pacífico e através de relacionamentos bilaterais sólidos.

123. Em Abril do presente ano Timor-Leste teve a honra de assumir a Presidência da 69ª sessão da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia-Pacífico (ESCAP). O Primeiro-Ministro de Timor-Leste presidirá a esta sessão durante o próximo ano e trabalhará com a ESCAP e com as nações da Ásia-Pacífico a fim de conseguir novos progressos e de melhorar o desenvolvimento humano.

## **Anexos**

### **A: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Económico**

## **B: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico Social**

## C: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico de Desenvolvimento de Infra-estruturas

**D: Grupo de Trabalho do Sector Estratégico da Governação e Desenvolvimento  
Institucional**

## E: Ministérios do V Governo Constitucional

<p><b>Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança, Kay Rala Xanana Gusmão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretária de Estado para a Promoção da Igualdade: Idelta Maria Rodrigues</li> <li>- Secretário de Estado da Juventude e Desporto: Miguel Manetelo</li> <li>- Secretário de Estado da Formação Profissional e Política de Emprego: Ilídio Ximenes da Costa</li> <li>- Secretário de Estado do Fortalecimento Institucional: Francisco Soares</li> <li>- Secretária de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado: Veneranda Martins</li> </ul>	<p><b>Vice Primeiro-Ministro e Coordenador dos Assuntos Sociais: Fernando Lassama de Araújo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretária de Estado para a Promoção da Igualdade: Idelta Maria Rodrigues</li> <li>- Secretário de Estado da Juventude e Desporto: Miguel Manetelo</li> <li>- Secretário de Estado da Formação Profissional e Política de Emprego: Ilídio Ximenes da Costa</li> </ul>	<p><b>Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros: Ágio Pereira</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretário de Estado do Conselho de Ministros: Avelino Coelho da Silva</li> <li>- Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares: Maria Terezinha Viegas</li> <li>- Secretário de Estado dos Meios de Comunicação Social: Nélio Isaac Sarmento</li> </ul>
<p><b>Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, José Luís Guterres</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação: Constâncio da Conceição Pinto</li> <li>- Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN: Roberto Soares</li> </ul>	<p><b>Ministério da Defesa e Segurança</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretário de Estado da Defesa, Júlio Tomás Pinto</li> <li>- Secretário de Estado da Segurança: Francisco Guterres</li> </ul>	<p><b>Ministra das Finanças, Emília Pires</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministra das Finanças: Santina Cardoso</li> </ul>
<p><b>Ministro da Justiça: Dionísio Babo Soares</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministro da Justiça: Ivo Jorge Valente</li> <li>- Secretário de Estado das Terras e Propriedades: Jaime Xavier Lopes</li> </ul>	<p><b>Ministro da Saúde: Sérgio Gama Lobo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministra de Ética e Prestação de Serviços: Natália Araújo</li> <li>- Vice-Ministra da Gestão, Apoio e Recursos: Maria do Céu da Costa</li> </ul>	<p><b>Ministro da Educação: Bendito Freitas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministra do Ensino Básico / Primário: Dulce de Jesus Soares</li> <li>- Vice Ministro do Ensino Secundário: Virgílio Smith</li> <li>- Vice Ministro do Ensino Superior: Marçal Avelino Ximenes</li> </ul>
<p><b>Ministro da Administração Estatal: Jorge da Conceição Teme</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretário de Estado da Descentralização Administrativa: Tomás Cabral</li> <li>- Secretário de Estado do Desenvolvimento Local: Samuel Mendonça</li> </ul>	<p><b>Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente: António da Conceição</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministro do Comércio, Indústria e Ambiente: Abel da Costa Ximenes</li> <li>- Secretário de Estado do Comércio: Ricardo Cardoso Nheu</li> <li>- Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas: Filipus 'Nino' Pereira</li> <li>- Secretário de Estado do Ambiente: Nominando Soares Martins 'Buras'</li> </ul>	<p><b>Ministra da Solidariedade Social: Isabel Guterres</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministro da Solidariedade Social: Jacinto Rigoberto de Deus</li> <li>- Secretário de Estado da Segurança Social: Vítor da Costa</li> <li>- Secretário de Estado dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional: Júlio Sarmento da Costa</li> </ul>
<p><b>Ministro das Obras Públicas: Gastão Francisco de Sousa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretário de Estado das Obras Públicas: Luís Vaz Rodrigues</li> <li>- Secretário de Estado da Electricidade: Januário Pereira</li> <li>- Secretário de Estado da Água, Saneamento e Desenvolvimento Urbano: Elias Pereira Moniz</li> </ul>	<p><b>Ministro dos Transportes e das Comunicações: Pedro Lay</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministro dos Transportes e das Comunicações: Flávio Cardoso Neves</li> </ul>	<p><b>Ministro da Agricultura e Pescas: Mariano Assanami Sabino</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vice-Ministro da Agricultura e Pescas: Marcos da Cruz</li> <li>- Secretário de Estado das Florestas e da Conservação da Natureza: João Fernandes</li> <li>- Secretário de Estado das Pescas: Rafael Pereira Gonçalves</li> <li>- Secretário de Estado da Criação de Animais: Valentino Varela</li> </ul>
<p><b>Ministro do Turismo: Francisco Kalbuadi Lay</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretária de Estado da Arte e Cultura: Maria Isabel de Jesus Ximenes</li> </ul>	<p><b>Ministro do Petróleo e Recursos Minerais: Alfredo Pires</b></p>	